



PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
SECRETARIA DE SAÚDE

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA GM/MS Nº 971, DE 3 DE MAIO DE 2006	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf	Cria a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC).
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 2.960, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2008	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/pri2960_09_12_2008.html	Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
PORTARIA Nº 122, DE 6 DE JULHO DE 2012	http://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=108&aedicaano=2012&ccadercodi=2&csecaocodi=51&cmatercodi=1&QP=Integrativas&TP=	Criação da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em saúde da Cidade do Recife.
PORTARIA Nº 1.082, DE 23 DE MAIO DE 2014	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1082_23_05_2014.html	Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade.
PORTARIA Nº 1.083, DE 23 DE MAIO DE 2014	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt1083_23_05_2014.html	Institui o incentivo financeiro de custeio para o ente federativo responsável pela gestão das ações de atenção integral à saúde dos adolescentes em situação de privação de liberdade.
DIRETRIZES NACIONAIS PARA A ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE ADOLESCENTES E JOVENS NA PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE, 2010	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf	Dispõe sobre a organização da Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens nos estados e municípios.
PORTARIA GAB/SS/PCR Nº 031 DE 21 DE MARÇO DE 2006	https://www.recife.pe.gov.br/diariooficial-acervo/exibemateria.php?cedicacodi=34&aedicaano=2006&ccadercodi=2&csecaocodi=12&cmatercodi=1&QP=&TP=	Cria o Grupo de Trabalho de Saúde da População Negra (GTSPN) com o objetivo principal de implantação da Política Municipal de Atenção à Saúde da População Negra.
DECRETO Nº 11.656, DE 23 DE AGOSTO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11656.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.656%2C%20DE%2023,de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Igualdade%20Racial.	Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm	Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.
DECRETO Nº 43.777, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2016	https://legis.alepe.pe.gov.br/dadosReferenciais.aspx?id=25440	Dispõe sobre a inclusão do quesito raça ou cor nos sistemas de informação, avaliação, monitoramento, coleta de dados, censos, ações e programas no âmbito da Administração Pública estadual direta e indireta.
PORTARIA Nº 992, DE 13 DE MAIO DE 2009	https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf	Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.
PASSO A PASSO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	PASSO A PASSO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL	Orientação para organização dos serviços de saúde bucal.
LEI Nº 14.572 DE 08 DE MAIO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14572.htm	Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS.
PROTOCOLO DA ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL NO MUNICÍPIO DO RECIFE	PROTOCOLO INTEGRADO DE ATENÇÃO EM SAÚDE BUCAL (VERSÃO FINAL).docx	Organização do processo de trabalho das equipes de saúde bucal do Recife.
PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS NO BRASIL, 2021-2030	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-dcnt/09-plano-de-dant-2022_2030.pdf/view	O Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis no Brasil, 2021-2030 (Plano de Dant), apresenta-se como diretriz para a prevenção dos fatores de risco das Dant e para a promoção da saúde da população com vistas a dirimir desigualdades em saúde. Cabem em seu escopo a criação e o fortalecimento de políticas e programas intersetoriais, a estratégia de organização de serviços em rede, a construção de governança de processos, a produção de informações direcionadas à tomada de decisão baseada em evidências, o controle social e a inovação na gestão, na pesquisa e nos serviços de saúde.
PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020	https://www.inca.gov.br/publicacoes/relatorios/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-do-tabagismo	Apresenta a PORTARIA CONJUNTA Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020 - que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo e descreve as suas diretrizes.
PORTARIA GM/MS Nº 502, DE 1º DE JUNHO DE 2023	https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/legislacao/portaria-gm-ms-no-502-de-1o-de-junho-de-2023/view	Institui o Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA GM/MS Nº 6.591, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2025	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2025/prt6591_07_02_2025.html#:~:text=Altera%20a%20Portaria%20de%20Consolida%C3%A7%C3%A3o,e%20Controle%20do%20C%C3%A2ncer%20%2D%20RPCC.	Regulamenta as políticas sobre câncer e os sistema de informações.
LEI Nº 12.461, DE 26 DE JULHO DE 2011	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=12461&ano=2011&ato=861k3ZE1UMVpWTe2e	Estabelece a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso em serviços de saúde, tanto públicos quanto privados.
DECRETO Nº 11.793/2023, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite 2º Edição.
PORTARIA GM/MS Nº 1.526, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1526_16_10_2023.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 2, 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD) e Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
PORTARIA Nº 067/2016	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/portaria_politica_municipal_de_atencao_integrada_a_saude_da_pessoa_com_deficiencia.pdf	Aprova a Política Municipal de Atenção Integrada à Saúde da Pessoa com Deficiência.
PORTARIA Nº 1.820, DE 13 DE AGOSTO DE 2009	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html	Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, incluindo o direito ao uso do nome social de pessoas trans e travestis.
PORTARIA Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).
PORTARIA Nº 35/2016-GAB/SS, DE 08 DE JULHO DE 2016	https://dome.recife.pe.gov.br/dome/doDia.php?dataEdicao=2016-07-12_Página_6_e_7	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, a Política Municipal de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Municipal de Saúde Integral LGBT).
PORTARIA Nº 141/2024, DE 17 DE SETEMBRO DE 2024	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2024-10-24	Institui as diretrizes antirracistas, antiLGBTQIAPN+fóbicas e anticapacitistas para implantação e implementação de políticas públicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do município do Recife.
LEI MUNICIPAL Nº 19.241, DE 15 DE JUNHO DE 2024	https://dome.recife.pe.gov.br/dome//doDia.php?dataEdicao=2024-06-15	Institui, no âmbito do Município do Recife, o Programa Mãe Coruja Recife.
LEI ESTADUAL Nº 16.245, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017	https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=16245&complemento=0&ano=2017&tipo=&url=	Altera a Lei nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o Programa Mãe Coruja Pernambucana.
DECRETO MUNICIPAL Nº 28.529, DE 19 DE JANEIRO DE 2015	https://leismunicipais.com.br/a1/pe/r/recife/decreto/2015/2852/28529/decreto-n-28529-2015-autoriza-a-adesao-ao-programa-mae-coruja-pernambucana?r=p	Autoriza a Adesão, do município, ao Programa Mãe Coruja Pernambucana.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA Nº 1.707, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1707_23_09_2016.html	Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos; unifica o repasse do incentivo financeiro de custeio por meio do Piso Variável da Atenção Básica (PAB Variável); e redefine os critérios de similaridade entre Programas em desenvolvimento no Distrito Federal e nos Municípios e o Programa Academia da Saúde.
DECRETO MUNICIPAL Nº 22.345, DE 18 DE OUTUBRO DE 2006	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2006/2235/22345/decreto-n-22345-2006-reestrutura-o-regulamento-do-programa-academia-da-cidade	Reestrutura o regulamento do Programa Academia da Cidade.
SAÚDE DA PESSOA IDOSA	https://www.conass.org.br/biblioteca/saude-da-pessoa-idosa/	Guia de orientação para as secretarias estaduais e municipais de saúde.
PORTARIA MS Nº 2.528, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006	https://www.gov.br/mds/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/antigos/portaria-ms-no-2-528-de-19-de-outubro-de-2006	Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
LEI Nº 10.741, DE 01 DE OUTUBRO DE 2003	https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10741&ano=2003&ato=c8egXU610dRpWT951	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.
GUIA PRÁTICO DE HANSENÍASE	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/hanseniase/estrategia-nacional-para-enfrentamento-a-hanseniase-2024-2030	A Estratégia Nacional para Enfrentamento à Hanseníase 2024-2030 é resultado de um processo de planejamento que envolveu diversos atores, com diversas perspectivas, de forma a contemplar todas as áreas de interesse para a eliminação da doença no País.
PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DA HANSENÍASE	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/bvsmms-upload-hci/saudelegis/sctie/2022/cop0067_11_07_2022.html	Instituído por meio da Portaria SCTIE/MS nº 67, de 7 de julho de 2022 (Anexo A), consistiu em uma iniciativa da Coordenação-Geral de Vigilância das Doenças em Eliminação – CGDE/DCCI/SVS/MS no sentido de normatizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), uma diretriz baseada em evidências.
DIRETRIZES PARA VIGILÂNCIA, ATENÇÃO E ELIMINAÇÃO DA HANSENÍASE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0149_04_02_2016.html	Padroniza as Diretrizes para Vigilância, Atenção e Eliminação da Hanseníase como Problema de Saúde Pública, com a finalidade de orientar os gestores e os profissionais dos serviços de saúde.
PORTARIA GM/MS Nº 635, DE 22 DE MAIO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799	Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA GM/MS Nº 5.273, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024	https://cosemspi.org.br/wp-content/uploads/2024/10/Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-Portaria-GM_MS-No-5.273-DE-9-DE-SETEMBRO-DE-2024-DOU-Imprensa-Nacional.pdf	Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes da Atenção Primária à Saúde.
PORTARIA GM/MS Nº 825, DE 7 DE JULHO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-825-de-7-de-julho-de-2023-495194731	Habilita Municípios a receberem recursos referentes à Assistência financeira emergencial para custeio da Atenção Primária à Saúde.
DECRETO PRESIDENCIAL Nº 6.286, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm	Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências.
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.055, DE 25 DE ABRIL DE 2017	https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/pri1055_26_04_2017.html	Redefine as regras e os critérios para adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE por estados, Distrito Federal e municípios e dispõe sobre o respectivo incentivo financeiro para custeio de ações.
PORTARIA GM/MS Nº 7.568, DE 14 DE JULHO DE 2025	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-7.568-de-14-de-julho-de-2025-641910588	Define e habilita os municípios com adesão ao Programa Saúde na Escola - PSE ao recebimento de recursos financeiros referentes ao ciclo 2025/2026.
NOTA TÉCNICA Nº 30/2024 - CGEDES/DEPROS/SAPS/MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2024	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-30-2024-cgedess-depross-saps-ms	Documento Orientador do Programa Saúde na Escola: Indicadores e Padrões de Avaliação do Ciclo 2025/2026.
LEI Nº 10.216, DE 06 DE ABRIL DE 2001	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html	Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
PORTARIA Nº 3.090, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011	https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3090_23_12_2011_rep.html	Altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, e dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo de custeio e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) (SUS).
PORTARIA GM/MS Nº 5.738, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2024	https://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5738_09_12_2024.html	Altera as Portarias de Consolidação MS nºs 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Centro de Convivência - CECO da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
LEI Nº 12.845, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
DECRETO Nº 11.432, DE 8 DE MARÇO DE 2023	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm#:~:text=DECRETA%3A,%C3%A0%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20dignidade%20menstrual.	Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.
LINHA DE CUIDADO DA SAÚDE DA MULHER	https://sites.google.com/view/protocolomulherrecife/protocolo-de-at%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica-do-recife-at%C3%A7%C3%A3o-ao-pr%C3%A9-natal-parto-e-uerp%C3%A9	Protocolo que subsidia a assistência à saúde realizada pelos profissionais da Atenção Básica às mulheres e às pessoas que gestam.
PORTARIA Nº 92/2021 – GAB/SS, DE 26 DE ABRIL DE 2021	https://drive.google.com/file/d/13d5YVfOmmjvniul5S_2fQAmOIUXCc-J/view	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Municipal de Atenção Integral à Saúde da População em Situação de Rua (PSR).
DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm#:~:text=Decreto%20n%C2%BA%207053&text=DECRETO%20N%C2%BA%207.053%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20para,que%20lhe%20confere%20o%20art.	Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 6, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017	https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_6_28_SETEMBRO_2017.pdf	Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
PORTARIA GM/MS Nº 1.063, DE 8 DE AGOSTO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.063-de-8-de-agosto-de-2023-501833297	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.
PORTARIA Nº 122, DE 25 DE JANEIRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html	Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua.
PORTARIA GM/MS Nº 154, DE 26 DE JANEIRO DE 2022	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt0154_10_02_2022.html	Aprova o Plano Nacional pelo Fim da Tuberculose como Problema de Saúde Pública. O Plano tem como objetivo oferecer subsídios para que gestores em saúde e coordenadores dos programas de TB possam planejar, priorizar, implementar e monitorar ações estratégicas de controle da doença, de acordo com as necessidades e as características de seus cenários e subcenários, no período de 2021 a 2025.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
BRASIL LIVRE DA TUBERCULOSE - PLANO NACIONAL PELO FIM DA TUBERCULOSE COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: ESTRATÉGIAS PARA 2021-2025	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/brasil-livre-da-tuberculose/view	O Plano tem como objetivo oferecer subsídios para que gestores em saúde e coordenadores dos programas de TB possam planejar, priorizar, implementar e monitorar ações estratégicas de controle da doença, de acordo com as necessidades e as características de seus cenários e subcenários, no período de 2021 a 2025.
MANUAL DE RECOMENDAÇÕES E CONTROLE DA TUBERCULOSE NO BRASIL	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/manual-de-recomendacoes-e-controle-da-tuberculose-no-brasil-2a-ed.pdf/view	Estabelece as diretrizes nacionais para o controle da doença, que incluem procedimentos clínicos padronizados, procedimentos laboratoriais, sistema de vigilância, ações de biossegurança e organização de serviços.
PROTOCOLO DE VIGILÂNCIA DA INFECÇÃO LATENTE PELO MYCOBACTERIUM TUBERCULOSIS NO BRASIL	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/tuberculose/protocolo-de-vigilancia-da-infeccao-latente-pelo-mycobacterium-tuberculosis-no-brasil.pdf/view	O Protocolo de Vigilância da Infecção Latente pelo Mycobacterium tuberculosis (ILTb) no Brasil tem como objetivo orientar os serviços de saúde na identificação, acompanhamento e tratamento de pessoas com risco de adoecimento por tuberculose. O documento reúne diretrizes para implantação e fortalecimento da vigilância da ILTB, buscando ampliar a detecção, garantir a oferta do tratamento preventivo e, assim, contribuir para a redução da transmissão e do adoecimento pela tuberculose no país.
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14289.htm	Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.
NOTA INFORMATIVA Nº 3/2025-CGTM/DATHI/SVSA/MS	https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/notas-informativas/2025/nota-informativa-no-3-2025-cgtm-dathi-svsa-ms.pdf/view#:~:text=2025%2DCGTM%2F-,DATHI%2FSVSA%2FMS,%2FDCCI%2FSVS%2FMS.	Atualiza as orientações às coordenações dos programas estaduais e municipais de tuberculose (TB) sobre a Lei nº 14.289, de 3 de janeiro de 2022, que trata da preservação do sigilo sobre a condição da pessoa com TB, e revoga a Nota Informativa Nº 3/2022-CGDR/DCCI/SVS/MS.
MANUAL DE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA VACINAÇÃO/2024	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/manual-de-normas-e-procedimentos-para-vacinacao.pdf/view	Instruções gerais sobre normas e procedimentos para vacinação.
INSTRUÇÃO NORMATIVA DO CALENDÁRIO NACIONAL DE VACINAÇÃO 2025	https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/publicacoes/instrucao-normativa-que-instrui-o- calendario-nacional-de-vacinacao-2025.pdf/view	Caleário Nacional de Vacinação.
RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017	https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2017/rdc0197_26_12_2017.pdf	Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA GM/MS Nº 3.005, DE 2 DE JANEIRO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3005_05_01_2024.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nºs 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para atualizar as regras do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e do Programa Melhor em Casa (PMec).
PRIMEIRO PLANO DECENAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA DO RECIFE 2020 - 2030	https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/livro_da_primeira_infancia_v00.49.pdf	Dispõe sobre Plano Decenal para Primeira Infância de Recife, 2020 a 2030.
PORTARIA Nº 1.130, DE 5 DE AGOSTO DE 2015	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt1130_05_08_2015.html	Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
PORTARIA GM/MS Nº 5.350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5350_13_09_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede Alyne.
CARTA DO RECIFE 2023	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-do-homem/publicacoes/carta-do-recife-2023/view	Síntese das reflexões e discussões desenvolvidas ao longo do Seminário Nacional e Internacional “Paternidade e Cuidado” que aconteceu em Recife, entre 30 de agosto e 1º de setembro de 2023.
NOTA TÉCNICA Nº 34/2023-COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/MS	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2023/sei_ms-0033574409-nota-tecnica-laqueadura-vasectomia.pdf	Trata-se de orientações a gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal em relação à Lei nº 14.443, de 2 de setembro de 2022, que alterou a Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, sobre Planejamento Familiar.
PORTARIA GM/MS Nº 3.562, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2021	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt3562_15_12_2021.html	Altera o Anexo XII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH).
PORTARIA GM/MS Nº 5.836, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt5836_09_12_2024.html	Habilita Estados, Distrito Federal e Municípios ao recebimento de incentivo para estruturação e implementação de ações de alimentação e nutrição, com base na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), referente ao exercício financeiro de 2025.
PORTARIA Nº 1.056, DE 24 DE MAIO DE 2016	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt1056_24_05_2016.html	Habilita os Municípios que receberão recursos financeiros para estruturação da Vigilância Alimentar e Nutricional por meio da compra de equipamentos antropométricos adequados.
PORTARIA Nº 2.715, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2715_17_11_2011.html	Atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO GM/MS Nº 2/2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html	Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), com vistas à revisão da regulamentação de implantação e operacionalização vigentes, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente Atenção Básica, na Rede de Atenção à Saúde (RAS). (Origem: PRT MS/GM 2436/2017, Art. 1º).
MANUAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO RECIFE	https://drive.google.com/file/d/1gbXzoplhgiRcArO6UvRaj-TsWZjgLFi/view	O manual do ACS tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a atuação dos(as) ACS da AB no município do Recife, considerando as especificidades e necessidades de atuação no território.
CARTEIRA DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE	https://drive.google.com/file/d/17M0QywuwxMkzhju7Zlq0olULKuUv0sEF/view	A carteira de serviços da AB do recife visa nortear as ações de Saúde oferecidas pelos profissionais da Atenção Básica à população no município do Recife.
PROTOCOLO DE ORIENTAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE	https://drive.google.com/file/d/1TR0jPeZ_RFpnAUy4_Gn_Dc4wE7aZien/view	O protocolo de acolhimento visa orientar a organização do processo de acolhimento acerca das práticas e condutas que podem ser realizadas diante das demandas acolhidas pelas Unidades de Saúde da Família (USF).
MODELO DE ATENÇÃO À SAÚDE PARA ATENÇÃO BÁSICA DO RECIFE	https://drive.google.com/file/d/10FuZsiY9KnjyoJnjdzZUYvykq9pCQpLc/view	O modelo de atenção para a AB Surge como um guia essencial para orientar as ações e políticas de saúde na Atenção Básica, de acordo com o modelo preconizado para a cidade do Recife.
BASES PARA IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE ATENÇÃO ÀS CONDIÇÕES CRÔNICAS	https://drive.google.com/file/d/1qGDRvIFrfl9_K7ucsoexcD8XyTHLYMhn/view	O documento objetiva instrumentalizar os profissionais da saúde para o manejo deste modelo, proposto como estratégia de reorganização dos processos de trabalho na Atenção Básica do município do Recife.
PROGRAMA RECIFE MONITORA: FORTALECENDO A QUALIDADE NA ATENÇÃO BÁSICA	https://drive.google.com/file/d/1MGmVoomEm9p12hNapBbg9aPfz0X60VJV/view	Parte estruturante do Qualifica AB, o Recife Monitora é um programa de avaliação e melhoria da qualidade na atenção básica, que se propõe a integrar dados de diversas fontes para facilitar a gestão informada por evidências ao nível de cada equipe de saúde da família do município.
PORTARIA GM/MS 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3493_11_04_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir nova metodologia de cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
POLÍTICA NACIONAL DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA EM SAÚDE	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_infor_informatica_saude_2016.pdf	Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS) que norteie as ações de tecnologia da informação e comunicação (TIC) de todo o sistema de saúde brasileiro.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE SAÚDE DIGITAL 2020-2028	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf	A Estratégia de Saúde para o Brasil para 2028 (ESD28) procura sistematizar e consolidar o trabalho realizado ao longo da última década, materializado em diversos documentos e, em especial, na Política Nacional de Informação e Informática em Saúde – PNIIS (BRASIL, 2015). A PNIIS estabelece a fundação conceitual para a Saúde Digital, incluindo a sua relação com outras políticas públicas e de saúde, com o Plano Nacional de Saúde (BRASIL, 2016) e com outras estratégias e iniciativas de Governo Digital.
PORTARIA GM/MS Nº 1.604, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt1604_20_10_2023.html	Institui a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES), no âmbito do Sistema Único de Saúde.
PORTARIA GM/MS Nº 3.691, DE 23 DE MAIO DE 2024	https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3691_2_9_05_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir a Ação Estratégica SUS Digital - Telessaúde.
PORTARIA Nº 2.546, DE 27 DE OUTUBRO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2546_27_10_2011.html	Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes).
PORTARIA GM/MS Nº 3.232, DE 1º DE MARÇO DE 2024	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.232-de-1-de-marco-de-2024-546278935	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa SUS Digital.
LEI Nº 14.510, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14510.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.510%2C%20DE%2027,15%20de%20abril%20de%202020	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para autorizar e disciplinar a prática da telessaúde em todo o território nacional, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; e revoga a Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020.
PORTARIA GM/MS Nº 3.526, DE 12 DE ABRIL DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt3526_15_04_2024.html	Altera o Anexo LXXIII à Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017 e o Anexo XV à Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 17.281/2006	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1729/17281/lei-ordinaria-n-17281-2006-institui-a-ouvidoria-municipal-em-saude-no-ambito-da-administracao-publica-municipal	Institui a Ouvidoria Municipal em Saúde no âmbito da Administração Pública Municipal, vinculada administrativamente a Secretaria de Saúde.
DECRETO Nº 12.026, DE 21 DE MAIO DE 2024	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12026.htm	Institui o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
LEI Nº 14.912, DE 3 DE JULHO DE 2024	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/Lei/L14912.htm	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para determinar a realização de campanhas permanentes sobre os riscos de automedicação.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
RDC Nº 50, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2015/rdc0050_11_11_2015.pdf	Dispõe sobre a atualização do Anexo III, Indicações previstas para tratamento com a Talidomida, da RDC nº. 11, de 22 de março de 2011.
PORTARIA 1.600 DE 7 DE JULHO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1600_07_07_2011.html	Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS).
PORTARIA 2.048 DE 5 DE NOVEMBRO DE 2002	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2048_05_11_2002.html	Aprovar, na forma do Anexo desta Portaria, o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência.
PORTARIA MS 1.010 DE 21 DE MAIO DE 2012	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1010_21_05_2012.html	Redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.
PORTARIA 1.864 DE 29 DE SETEMBRO DE 2003	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2003/prt1864_29_09_2003.html	Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU- 192.
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 03/2017	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0003_03_10_2017.html	Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 06/2017	https://portalsinan.saude.gov.br/images/documentos/Legislacoes/Portaria_Consolidacao_6_28_SETEMBRO_2017.pdf	Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.
PORTARIA Nº 958, DE 17 DE JULHO DE 2023	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0958_18_07_2023.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os valores do incentivo financeiro de custeio para manutenção das unidades móveis e Centrais de Regulação das Urgências efetivamente implantadas do SAMU 192.
RDC Nº 786, DE 5 DE MAIO DE 2023	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-rdc-n-786-de-5-de-maio-de-2023-482394228	Dispõe sobre os requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de Laboratórios Clínicos, de Laboratórios de Anatomia Patológica e de outros Serviços.
PORTARIA SCTIE/MS Nº 171, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2022	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-sctie/ms-n-171-de-6-de-dezembro-de-2022-449277976	Teste de Liberação de Interferon-gama (IGRA) para detecção de infecção latente pelo Mycobacterium tuberculosis.
RDC Nº 830, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023	https://anvisa.legis.datalegis.net/action/ActionDatalegis.php?acao=abrirTextoAto&tipo=RDC&numeroAto=00000830&seqAto=000&valorAno=2023&orgao=RDC/DC/ANVISA/MS&codTipo=&desItem=&desItemFim=&cod_menu=1696&cod_modulo=134&pesquisa=true	Uso de dispositivos médicos para diagnóstico in vitro, inclusive seus instrumentos.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA Nº 198/GM, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2004	Portaria nº 198 de 13.02.2004pdf	Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores.
PLANO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	PEPS - Plano de Educação Permanente em Saúde (1).pdf	Plano de Educação Permanente em Saúde 2024, expressa a transversalidade dos processos educativos voltados para os trabalhadores e futuros trabalhadores do SUS Recife, afirmando a potência da Educação Permanente em Saúde para a consolidação das diretrizes municipais de atenção, gestão e participação social.
LEI DE INSTRUTORIA PARA ESCOLA DE GOVERNO DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE - EGMSR	Lei Municipal nº 18.894 de 21 de fevereiro de 2022	Dispõe sobre remuneração adicional a ser concedida aos servidores da Administração Direta e Indireta do Município, que participem como Instrutor, Tutor ou Coordenador dos cursos oferecidos pela Escola de Governo da Prefeitura da Cidade do Recife (EGMSR).
REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DE GOVERNO EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RECIFE – EGSMR	REGIMENTO ESR.pdf	Aprova o Regimento Interno da Escola de Governo em Saúde do Município do Recife - EGSMR.
PORTARIA Nº 171/2024, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024 - POLITICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAUDE	https://dome.recife.pe.gov.br/upload_dome/DO_181_31_12_2024-assinado.pdf	Institui a Política Municipal de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde.
PORTARIA Nº 001/2024, DE 05 DE JANEIRO DE 2024 - NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	https://dome.recife.pe.gov.br/upload_dome/DO_009_20_01_2024-assinado.pdf	Instituir, no âmbito da Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, os Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), com o objetivo de fortalecer e consolidar no território municipal a Política de Educação Permanente em Saúde para o SUS, por meio da implementação de ações educativas em saúde e para o desenvolvimento dos trabalhadores do SUS, possibilitando maior integração entre as práticas profissionais e as atividades formativas, no contexto do trabalho em saúde.
SITE DA ESCOLA DE SAÚDE DO RECIFE	https://escoladesaude.recife.pe.gov.br/	O site da Escola de Saúde do Recife (ESR) é um canal virtual de comunicação da instituição com os profissionais da rede de saúde e demais interessados. Nele estão disponíveis as normativas e documentos institucionais, bem como a divulgação das ações educacionais ofertadas pela ESR. No site está disponível biblioteca virtual, informações dos programas de residência, bem como orientações para acesso ao Formulário de Anuência para Pesquisa e Extensão, Youtube ESR e Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
ESTATUTO DO SERVIDOR	Lei nº 14.728 de 1985	Estatuto dos Servidores do Município de Recife.
LEI Nº 17.772/2012	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2012/1778/17772/lei-ordinaria-n-17772-2012-institui-o-plano-de-cargos-carreiras-desenvolvimento-e-vencimentos-pccdv-dos-servidores-efetivos-do-grupo-ocupacional-saude-da-administracao-direta-do-municipio-do-recife	Institui o plano de cargos, carreiras, desenvolvimento e vencimentos - PCCDV dos servidores efetivos do grupo ocupacional saúde da administração direta do município do Recife.
DECRETO Nº 37.114 DE 20 DE OUTUBRO DE 2023	https://drive.google.com/file/d/1CbUXupn8SrD1cOY1n4054xbi1Haz7nCO/view	Regulamenta a progressão por qualificação e a progressão por mérito dos servidores do Grupo Ocupacional Saúde.
DECRETO Nº 28.779 DE 04 DE MAIO DE 2015	DECRETO 28.779-2015	Define critérios e procedimentos para avaliação de desempenho em estágio probatório.
LEI MUNICIPAL nº 18.969 , DE 26 DE JULHO DE 2022.	Lei Ordinária 18969 2022 de Recife PE	Estabelece novo modelo de gestão dos distritos sanitários e das unidades de saúde da rede municipal de saúde e dá outras providências.
DECRETO Nº 36.482 DE 2023	Decreto 36482 2023 de Recife PE	Regulamenta a Lei Municipal nº 18.969 de 26 de julho de 2022, que estabelece novo modelo de gestão dos Distritos Sanitários e das unidades municipais de saúde.
PORTARIA CONJUNTA Nº 001 DE 30 DE AGOSTO 2024	Portaria Conjunta nº 001 -2024	Dispõe sobre os indicadores e sub-indicadores previsto no novo modelo de gestão dos Distritos Sanitários e das unidades municipais de saúde.
LEI Nº 19.131 DE 2023	Lei municipal 19.131-2023- cargos e AB	Cria cargos efetivos no âmbito da Secretaria de Saúde do Município, para provimento mediante concurso público e seleção pública, além de ampliar e qualificar a atenção básica da Rede Municipal de Saúde, e dá outras providências.
LEI Nº 17.732/2011	Lei-ordinaria-17732-2011-Recife-PE PLANTÃO EXTRA.pdf	Dispõe sobre a remuneração dos servidores efetivos e comissionados da administração direta, autárquica e fundacional do município do recife e de outras vantagens especificadas.
LEI Nº 17.398 DE 28/12/2007	Lei municipal 17.398-2007 - Eventos Extraordinários AGO 2018.pdf	Institui a gratificação especial de eventos extraordinários no âmbito da secretaria de saúde.
DECRETO Nº 37.024 DE 29/09/2023	Decreto 37.024-2023 - Jornada de Trabalho.pdf	Estabelece critérios e procedimentos gerais sobre o regime de teletrabalho, as férias e a jornada de trabalho, aplicáveis aos servidores públicos em exercício nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA Nº 127 DE 16/10/2023	Portaria 127 - 2023- mobilidade	Estabelece procedimentos específicos e fluxos para os processos de mobilidade interna dos servidores em efetivo exercício na Secretaria de Saúde.
SISTEMA DE MOBILIDADE	https://sesuite.recife.pe.gov.br/softexpert/login	Link para solicitação de credenciamento de mobilidade interna para servidores lotados na Secretaria de saúde.
LEI Nº 17.280/2006, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2006/1728/17280/lei-ordinaria-n-17280-2006-altera-o-conselho-municipal-de-saude-e-cria-os-conselhos-distritais-e-de-unidades-e-revoga-as-leis-n-15773-de-18-de-junho-de-1993-e-16114-de-10-de-novembr	Altera o Conselho Municipal de Saúde e cria os Conselhos Distritais e de Unidades e Revoga as Leis nº 15.773 de 18 de junho de 1993 e 16.114 de 10 de novembro de 1995.
PORTARIA GM/MS Nº 6.734, DE 18 DE MARÇO DE 2025	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2025/prt6734_31_03_2025.html	Altera o anexo 1 do Anexo V da Portaria de Consolidação GM/MS nº 4 de 28/09/2017, para incluir a esporotricose humana na Lista Nacional de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública nos serviços públicos e privados em todo o território nacional.
GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, VOLUME 1	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-1-6a-edicao/view	Documento técnico sobre identificação, notificação e investigação, que garante a uniformidade das informações epidemiológicas (volume 1).
GUIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, VOLUME 2	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigilancia/guia-de-vigilancia-em-saude-volume-2-6a-edicao	Documento técnico sobre identificação, notificação e investigação, que garante a uniformidade das informações epidemiológicas (volume 2).
RESOLUÇÃO Nº 11, DE 22 DE MARÇO DE 2011	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/res0011_21_03_2011.html	Orientações sobre o controle da substância Talidomida e do medicamento que a contenha para Hanseníase.
PORTARIA GM/MS Nº 4.868, DE 17 DE JULHO DE 2024	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2024/prt4868_30_07_2024.html	Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Incentivo Financeiro às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle do Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids), da Tuberculose, das Hepatites Virais e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde.
LEI Nº 14.289, DE 3 DE JANEIRO DE 2022	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14289.htm	Torna obrigatória a preservação do sigilo sobre a condição de pessoa que vive com infecção pelos vírus da imunodeficiência humana (HIV) e das hepatites crônicas (HBV e HCV) e de pessoa com hanseníase e com tuberculose, nos casos que estabelece; e altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
NOTA TÉCNICA No 8/2022-CGVZ/DEIDT/SVS/MS	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/9-nota-tecnica-ms-no8_2022-informa-sobre-atualizacoes-no-protocolo-de-profilaxia-pre-pos-e-reexposicao-da-raiva-humana-no-brasil.pdf	Informa sobre atualizações no Protocolo de Profilaxia pré, pós e reexposição da raiva humana no Brasil.
FLUXOGRAMA DA PROFILAXIA DA RAIVA HUMANA	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/10-fluxograma-da-profilaxia-da-raiva-humana-da-nota-tecnica-ms-no8_2022.pdf	Profilaxia da Raiva Humana.
QUADRO DE PROFILAXIA DA RAIVA HUMANA	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2023/10/11-quadro-de-profilaxia-de-raiva-humana-nota-tecnica-ms-no8_2022.pdf	Trata sobre a profilaxia da raiva humana, de acordo com o tipo de exposição e animal agressor.
GUIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E ELIMINAÇÃO DA FILARIOSE LINFÁTICA	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_vigilancia_filariose_linfatica.pdf	Normas e recomendações para a vigilância epidemiológica, orientações para o manejo clínico das manifestações resultantes da doença filarial e medidas para eliminação da filariose linfática.
NOTA TÉCNICA Nº 15/2024-CGHDE/DEDT/SVSA/MS	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-15-2024-cghde-dedt-svsa-ms.pdf	Trata-se de orientações e recomendações para vigilância da filariose linfática, no contexto da pós-quebra da transmissão no Brasil.
DECRETO MUNICIPAL Nº 29.989, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016	https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/decreto/2016/299/29989/decreto-n-29989-2016-reformula-o-comite-municipal-de-prevencao-de-acidentes-de-transito-compat	Reformula o Comitê Municipal de Prevenção de Acidentes de Trânsito (COMPAT).
LEI Nº 13.819, DE 26 DE ABRIL DE 2019	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm	Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.
PORTARIA MS/GM Nº 1.356, DE 23 DE JUNHO DE 2006	https://www.saude.sp.gov.br/resources/cve-centro-de-vigilancia-epidemiologica/areas-de-vigilancia/doencas-cronicas-nao-transmissiveis/observatorio-promocao-a-saude/portarias/portaria_gm1356_2006.pdf	Institui incentivo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para a Vigilância de Acidentes e Violências em Serviços Sentinela, com recursos da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).
PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017	https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/legislacao/portaria-de-consolidacao-no-05-de-28-de-setembro-de-2017.pdf/view	Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Estabelece diretrizes para o Projeto Vida no Trânsito, Violências e Registro de Câncer de Base Populacional.
PORTARIA Nº 72, DE 11 DE JANEIRO DE 2010 - VIGILÂNCIA DO ÓBITO INFANTIL E FETAL	https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/portaria72_2010vigilnciainfantilfetal.pdf	Estabelece que a vigilância do óbito infantil e fetal é obrigatória nos serviços de saúde (públicos e privados) que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
PORTARIA Nº 116, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2009	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/2009/prt0116_11_02_2009.html	Regulamenta a coleta de dados, fluxo e periodicidade de envio das informações sobre óbitos e nascidos vivos para os Sistemas de Informações em Saúde sob gestão da Secretaria de Vigilância em Saúde.
PORTARIA Nº 1.119, DE 5 DE JUNHO DE 2008	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1119_05_06_2008.html	Regulamenta a Vigilância de Óbitos Maternos.
DECRETO Nº 27.481 DE 25 DE OUTUBRO DE 2013	https://cievsrecife.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/11/decreto-nc2ba-27-481-de-25-10-2013-institui-o-cievs-recife.pdf	Institui o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Município do Recife - CIEVS RECIFE, define suas competências e estrutura organizacional.
PORTARIA GM/MS Nº 4.641, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2022/prt4641_29_12_2022.html	Altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) e a Rede Nacional dos Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Rede CIEVS), ambos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
CIEVS ESTADUAL (PERNAMBUCO) PORTARIA SES/PE Nº. 217 DE 01 DE ABRIL DE 2025	http://portalcievs.saude.pe.gov.br/docs/Portaria%20SES%20PE%20n%C2%BA%20217,%20de%2001%20de%20abril%20de%202025_Lista%20de%20Notifica%C3%A7%C3%A3o%20(2).pdf	Portaria SES/PE nº 217, de 01 de abril de 2025- Acrescenta doenças, agravos e eventos estaduais à Lista Nacional de Doenças de Notificação Compulsória e dá outras providências.
DECRETO Nº 36.521, DE 05/04/2023	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=445499	Regulamenta a lei municipal nº 18.864/2021 e estabelece os procedimentos para o requerimento, a tramitação e a conclusão, por meio eletrônico, do processo de licenciamento sanitário, no âmbito da secretaria municipal de saúde e dá outras providências.
DECRETO Nº 38755 DE 09/05/2025	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=479556	Revoga o Decreto Nº 37386/2023, amplia e classifica as atividades de baixo risco, nos termos da Lei Federal Nº 13874/2019, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, para fins de simplificação e desburocratização dos processos de licenciamento urbanístico, ambiental e sanitário no Município de Recife/PE.
NORMA TÉCNICA ESPECIAL Nº 01/2015	https://licenciamentounificado.recife.pe.gov.br/sites/default/files/2022-06/NTE%2001-2015%20Esteriliza%C3%A7%C3%A3o.pdf	A presente NTE tem como objetivo estabelecer requisitos para funcionamento dos serviços de saúde e de interesse à saúde que realizam processamento de artigos visando à segurança dos usuários e dos profissionais envolvidos.

Legislação / Documentos Norteadores	Link para o acesso	Ementa/assunto
NORMA TÉCNICA SESAU Nº 1 DE 01/06/2017	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=344302	Estabelece as atividades relacionadas à importação, exportação, extração, fabricação, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, embalagem, fracionamento, comercialização e uso de alimentos.
NOTA TÉCNICA Nº 13/2024-CGZV/DEDT/SVSA/MS	https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2024/nota-tecnica-no-13-2024-cgzv-dedt-svsa-ms.pdf/view	Esclarece as atribuições e competências das Unidades de Vigilância de Zoonoses.
DECRETO Nº 19.187/02, DE 16 DE JANEIRO DE 2002	http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/19187/	Instituiu o Programa de Saúde Ambiental do Recife, sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde.
PORTARIA MINISTERIAL 1823 DE 23 DE AGOSTO DE 2012	https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html	Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora.
LEI MUNICIPAL 16.922/2023	http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16922/	Estabelece normas para procedimentos de implantação da vigilância em saúde do trabalhador no município do Recife, em conformidade com as disposições do Art. 149, Incisos II, VIII e XII, da Lei Orgânica do município e art. 84 e § único da Lei 16.004/95 - Código Municipal de Saúde.
RESOLUÇÃO CIB/PE Nº 6704, DE 27 DE JUNHO DE 2024	https://drive.google.com/file/d/1PputuQa1J_4tqvieEN1a-ZOhHEoBwOW5/view	Institui a Regionalização dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de Pernambuco.